

UMA HISTÓRIA DAS SEXUALIDADES PARA ALÉM DA HISTÓRIA DAS SEXUALIDADES

Alexandre Filordi de Carvalho¹

Resenha do livro: STEINBERG, Sylvie (org.). *Uma história das sexualidades*. 1. ed. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Edições Sesc, 2021.

HORIZONTES POLÍTICOS QUE PEDEM PASSAGEM NA HISTÓRIA DAS SEXUALIDADES

Antes mesmo de sua volumosa *História da sexualidade*, subdividida em quatro volumes, Michel Foucault (2001) delineou uma concepção cuja consequência foi extensa e permanente para as abordagens históricas subsequentes: “a sexualidade, no Ocidente, não é o que se cala, não é o que se obrigado a calar, mas é o que se é obrigado a revelar” (p. 213).

O desvelo de nossa sexualidade sempre nos circunscreveu a um jogo de verdade em que, entre o dito e o não dito, as insistentes formas de se dar visibilidade aos circuitos dos gozos, dos prazeres e dos usos dos corpos, com seus rituais, extraíram do que se revelava a única condição de suas possibilidades. Entretanto, “o que se é obrigado a revelar” pode ser anunciado de outra maneira, diferentemente de formas cujos sentidos e consensos pintam com tons decadentes as mesmas maneiras de perspectivar o que não se obriga a calar.

Quando Sylvie Steinberg indaga “como escrever uma história da sexualidade nos dias atuais?” (p. 15), ao mesmo tempo se propõe a descortinar uma miríade de palcos que compõem a obra *Uma história das sexualidades*. E em tal composição, publicada com esmero pelas Edições Sesc e traduzida com primor por Mariana Echalar, outra questão subjaz: em que medida é possível escrever uma história das sexualidades? São justamente as entradas e as saídas nas sexualidades, portanto, naquilo que delas se quer ou se pode “fazer falar” historicamente e como se “fala”, o exercício emergente e dinâmico a permitir o alcance da compreensão de que o “como” da história das sexualidades a se escrever está diretamente vinculado às escolhas políticas daquilo que se deseja enunciar.

1 Doutor em Filosofia (USP) e doutor em Educação (Unicamp); bolsista produtividade CNPq/PQ2, professor permanente do Programa de Educação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras. Autor de *Foucault e a função-educador* (KDP/Amazon, 2020); co-organizador de *Filosofia e educação no mundo contemporâneo* (Humanitas/Fapesp, 2016), *Repensar a educação: 40 anos após ‘Vigiar e Punir’* (Ed. da Física, 2015) e de *Paisagens menores: experiências com a escrita criativa* (Dobradura Editorial, 2017).

Tais escolhas são concomitantes aos domínios e às experiências de sexualidades cujas fantasias, representações, práticas eróticas, interdições, capturas normativas, regras reprodutivas, medicalização, contestações, além de vínculos sociais, políticos e econômicos compõem o longo arquivo de nossa sexualidade como aventura incansável de um “fato social total”, como é assumido na obra. Seguir o fio *mutatis mutandis* dessa história nos introduz ao exercício problematizador acerca do que estamos fazendo de nós mesmos.

Acompanhar as cinco partes constitutivas de *Uma história das sexualidades* é mais do que nos munir de fios-guias úteis na condução pelos labirintos de um panorama de conhecimento pretérito. Ao contrário, sua leitura nos conecta com potencialidades de experiências das quais talvez ainda não ousamos dizer o nome. Não obstante, latejam como pistas de devires que não se furtam a insistir em escrever para as sexualidades, e com a própria tinta das sexualidades, uma história de permanente abertura.

DAS SOCIEDADES ANTIGAS AO SÉCULO XXI: UM PANORAMA COMO CONVITE À LEITURA

Enquanto para o mundo contemporâneo está bem delineado que “o sexo remete ao corpo e ao físico dos homens e das mulheres. O gênero refere-se à masculinidade e à feminilidade, a modelos de identidade e comportamento. A sexualidade diz respeito às práticas, à orientação sexual (homo/hétero) e ao desejo” (p. 69), essas distinções não existiam entre as “sociedades antigas” até o final do século XVIII. Como o livro alerta, sequer o registro de “sexualidade”, como foi inventado no século XIX, faria jus à ampla gama de experimentação do uso dos prazeres ao redor das práticas sexuais em períodos históricos anteriores.

Escrita por Sandra Boehringer, a sexualidade nas “Sociedades antigas: Grécia e Roma” abrange o estudo de práticas discursivas como cantos, sátiras, elegias, discursos judiciais, textos filosóficos e cartas. Para a Grécia se privilegia o período arcaico, dos séculos VIII a.C. ao final do VI a.C., adentrando-se, em seguida, até no século III a.C. A extensão da abordagem histórica para Roma recai em documentos latinos datados entre os séculos III a.C. e III, com destaque para a Antiguidade dita pagã.

Longe do que poderíamos chamar de fantasia de fastio orgiástico, a sexualidade na Antiguidade possuía força de *Connexio societatis*, ou seja, funcionava como uma espécie de amálgama dos vínculos sociais, a partir de contextos institucionais e sociais muito específicos e delimitados. Se é certo, em especial na Grécia, que “os homens e as mulheres não se reconheciam a partir de uma identidade heterossexual ou homossexual”, por

outro lado, havia o constrangimento de “critérios que presidiam a percepção ou a avaliação dos comportamentos sexuais” (p. 30). De todo modo, porém, tais comportamentos não eram marcados pelo ato sexual que fosse *em si* objeto de julgamento moral definido ou sanção específica. Todo ato sexual era relacionado à pessoa, a seu estatuto, conforme critérios sociais peculiares ao lugar do ato a partir de éros, espécie de elã de força divina. Com efeito, “a cultura grega não distingue a atração erótica que se sente por uma mulher daquela que se sente por um homem” (p. 44). Isso nos ajuda a compreender, por exemplo, o lugar da homoafetividade ou da pederastia fora dos circuitos punitivos que a história ocidental concebeu posteriormente; ou a especificidade das relações sexuais fora do âmbito conjugal ou até algumas violências sexuais.

Por sua vez, estudar Roma evidencia inflexões importantes na relação corpo e sexualidade. Os contextos institucionais abrangendo casamento, sexo pago, adultério, homoafetividade, violência sexual e a ideia de consentimento sofrem influência direta de um corpo jurídico cada vez mais sistematizado a partir do século III a.C.

Se na Grécia nos deparamos com a potência da *erótica*, em Roma prevalecem feixes sociais de assimetrias instituídas entre homens e mulheres, com longo alcance político para a sexualidade ocidental. *Uma história das sexualidades* nos auxilia no entendimento de certa genealogia do machismo ocidental.

O *conubium* romano, ou seja, o casamento, tinha como função principal a transmissão de patrimônio e a reprodução. Dada a preferência dos romanos por meninas virgens, as mulheres se casavam com 12 a 14 anos. “E ser casado não impedia o cidadão de frequentar prostitutas ou ter uma concubina” (p. 53). Roma contribuiu, assim, com um tipo de relação de poder a incidir sobre os corpos das mulheres de modo inequívoco, notadamente em função da intermediação da relação entre homens livres e suas demandas.

Já a homossexualidade padecia de proibições declaradas. A relação entre um cidadão e um jovem cidadão era proibida. Os romanos tomavam-na como um atentado à honra do rapaz e de sua família. Não é de se supor, contudo, a inexistência de práticas homoafetivas em Roma, aliás, elas eram lícitas, desde que o parceiro não fosse um cidadão romano.

Esses dois aspectos, incidência de relações de poder legalizadas sobre o corpo da mulher, somada à institucionalização do *conubium*, e restrição às práticas sexuais entre homens serão reforçadas na sexualidade medieval.

“O Ocidente medieval”, escrito por Didier Lett, concentra a história das sexualidades entre os séculos XII ao XV. As práticas sexuais se viram

espremidas entre fortes padrões de expectativas e de controles “num mundo católico ou cristão extremamente heteronormativo, na visão dos quais as prescrições eclesiais valiam para as práticas” (p. 68). Nessas práticas, a sexualidade visada era a heterossexualidade matrimonial e para a procriação.

Desde o Terceiro Concílio de Latrão (1179), o conceito de ato “contra a natureza” e a assimetria sexual passam a ser normatizados; “os parceiros não se definem em termos de pertencimento de gênero (masculino/feminino), mas em termos de papel ativo ou passivo” (p. 72). Não se demora, assim, a compreender as razões pelas quais a masturbação, a felação, a sodomia, como a homoafetividade passou a ser designada, os amores lésbicos, o coito não vaginal etc. entraram para o rol das condenações de “crime contra a natureza”, além de serem concebidos como vícios passíveis de purificação e severas punições. Entre o século XIV e XV, “a sodomia”, por exemplo, “tornou-se um crime tão grave quanto renegar a Cristo, adorar ídolos ou fazer pacto com o diabo” (p. 94).

No início do século XIII, a instituição da *Summa confessorum*, isto é, o manual dos confessores, reverbera alguns elementos curiosos: considerava-se coito sem conformidade com a “natureza” toda relação sexual não vaginal e vaginal que não fosse na posição do missionário — consagrando-se, assim, a passividade da mulher; também o eram as relações sexuais não autorizadas pelo calendário eclesial ou na gravidez, no período menstrual, no resguardo de quarenta dias do puerpério. Mas não é tudo. As práticas sexuais eram proibidas aos domingos, às quartas e sextas-feiras, nos dois grandes períodos de jejum de quarenta dias antes da Páscoa (Quaresma) e do Natal (Advento) e nas numerosas festas de santos (cerca de 140 festas).

Em “Do Renascimento ao Iluminismo”, apresentado por Sylvie Steinberg, as sexualidades adentram em uma nova era, introduzindo rupturas determinantes. Em meados do século XVI, dois famosos anatomistas, Matteo Colombo e Gabriele Fallopio, descortinam as singularidades do corpo das mulheres. O clitóris começa ser observado como “lugar de prazer” e “por que o prazer sexual foi concedido aos seres humanos?” (p. 121) passa a ser a pergunta do período.

Apenas a leitura detida nos permite alcançar as transformações no imaginário erótico ao longo do Renascimento. Contudo, os preceitos da Igreja continuaram a ser disseminados tanto pelos conquistadores e missionários, no Novo Mundo, quanto pela Contrarreforma na Europa. Essa sexualidade ainda sem nome precisou aguardar o Iluminismo para se defrontar com o confronto da libertinagem.

Os libertinos do Iluminismo são “aqueles que se distanciam dos ‘pre-conceitos’ dominantes a respeito da sexualidade, mas também demonstram certa atração pelo transvio; podem, ainda, comportar uma crítica implícita ou explícita às normas estabelecidas” (p. 144). Ademais, eram considerados libertinos homens e mulheres que se recusavam a se reproduzir, deflagrando, assim, uma das lutas mais contundentes para as “revoluções” sexuais do século XX: a dos métodos contraceptivos. “A possibilidade mental e concreta de dissociar a procriação do desejo sexual” (p. 150) estava assim dada.

Não é à toa que no século da Revolução Francesa, homoafetividade e masturbação emergem igualmente à margem de uma heterossexualidade triunfante. Contudo, o texto ressalta a drástica divisão entre homens e mulheres, umas “feitas para casar e ser mães, e as mulheres perdidas, vindas das camadas populares e destinadas a satisfazer os prazeres de uma aristocracia decadente e de uma burguesia comercial nascente” (p. 160). Paradoxalmente, as sexualidades se voltam para “uma cultura sexual cada vez mais falocrática” (p. 160), cuja contestação encontra-se na pauta cotidiana do século XXI.

“O século XIX” merece, em *Uma história das sexualidades*, cenário à parte. A cargo de Gabrielle Houbre, este “século da sexualidade” foi incubador da “sexologia” como ciência da sexualidade, embora toda ela escrita por homens. Também foi o século da medicalização, da emersão de noções que decalcaram na história das sexualidades do Ocidente significados poderosíssimos, com grandes impactos nas políticas profundamente higienistas do período, sobretudo visando à reprodução.

O termo “sexualidade” surge em 1837; “homossexual” entre 1868 e 1869; em 1897, Havelock Ellis situa a homossexualidade fora dos circuitos da “degeneração”; em 1857, na França, a Corte de Cassação promulga o estupro como crime: pela primeira vez os atos de estupro cometidos contra mulheres foram considerados para além da violência física.

Uma passagem sintetiza a importância de “O século XIX”:

No século XIX, a sexualidade teve de enfrentar questões médicas, sanitárias, religiosas, sociais, políticas e também culturais. Era motivo de confronto entre, de um lado, autoridades preocupadas em preservar os “bons costumes” — termo subjetivo e maleável — e, de outro, celebridades e desconhecidos, pensadores e artistas que provocavam e transgrediam esses bons costumes. (P. 219.)

Entretanto, como Christine Bard revela em “Século XX e início do século XXI”, os confrontos anteriores assumiram protagonismo quase que cotidiano para a afirmação de sexualidades cuja transgressão não é

mais da ordem do lícito ao ilícito, mas da passagem para além dos limites, da passagem para aquilo que não tem regra e, portanto, ainda não tem representação.

A sexualidade concebida como invenção discursiva produz um giro de força política importante, pois é tal produção que “inventa” a sexualidade. Ainda assim, tabus e normas continuam a funcionar de modo pendular, evidenciando que as sexualidades não escapam das relações de poder, algo próprio de toda produção discursiva.

O século XX, porém, deflagrou a concepção de “revolução sexual”, em pleno século das guerras, do “Relatório Kinsey”, da Aids, da popularização contraceptiva etc. A concepção de “gênero”, empregada desde 1968 nos Estados Unidos, coincide com o ano das manifestações de Maio de 68 na França, onde se lia em um muro de Paris: “goze sem entraves” (p. 225). O feminismo perspectivou determinadamente outras possibilidades de modos de existência, uso dos prazeres e vínculos sociais. Os anos 1970 dão a conhecer a diversificação dos *gender studies*; o direito ao prazer pelo prazer sexual, sob muito enfrentamento, revigora-se. A ideia de que “a arregimentação do corpo é a condição para a submissão da mente” (p. 254) torna-se uma espécie de sintoma dos lugares de lutas em favor de outras sexualidades.

A sigla LGBTQIA+ se espraia como abordagem construtivista do gênero e das sexualidades: “As identidades de gênero se multiplicaram, e novas possibilidades de autodefinição emergiram das redes sociais: não binárias, *genderfluid*, *gender questioning*, *bigender*, *trigender*, *agender* (sem gênero ou gênero neutro), *gender variant*, *genderqueer*, *pangender*...” (p. 274).

Experiências como as do *post-porn queer* subverterão as referências de gênero e a categorização da sexualidade por suas aberturas a todos os tipos de corpos: “*trans*, intersexos, andróginos. O *post-porn queer* intervém nas práticas, especialmente com as oficinas de *drag king* e de ‘ejaculação feminina’” (p. 291).

Contudo, não nos enganemos. Foi apenas em 1990 que a OMS retirou a homossexualidade de sua lista de transtornos psíquicos; o DSM V segue patologizando a sexualidade com a categoria de “disforia de gênero”; homens e mulheres *trans* são brutalmente assassinados; gays e lésbicas são excluídos de postos de trabalho, sucessivamente. Entre embates e resistências, chegamos ao século XXI com a urgente demanda: “Da mesma forma que democracia política, a democracia sexual não é apenas uma questão de direitos, mas de condições e de exercícios desses direitos” (p. 299).

QUANDO A LEITURA É ATO POLÍTICO

Em tempos de recrudescimento vigilante e punitivo das sexualidades; de moralização frígida do gozo alheio; de vivas e urras ao patriarcalismo; de mumificação da tríade Deus, Pátria e Família, como já cantaram Franco, Mussolini, Salazar, a Ação Integralista Brasileira e tantos outros *amantes* do fascismo e do autoritarismo; de retrocessos dos direitos humanos de pessoas LGBTQIA+ e de sufocamento de suas lutas; de normalização da violência homo-lesbo-transfóbica, ler *Uma história das sexualidades* é mais do que uma inserção em um vasto horizonte histórico, porém, muito mais uma subscrição política com consequência para nossas opções, atos, decisões e posturas.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. Trad. Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.